

Entrevista: Eduardo Martins

Está tudo errado

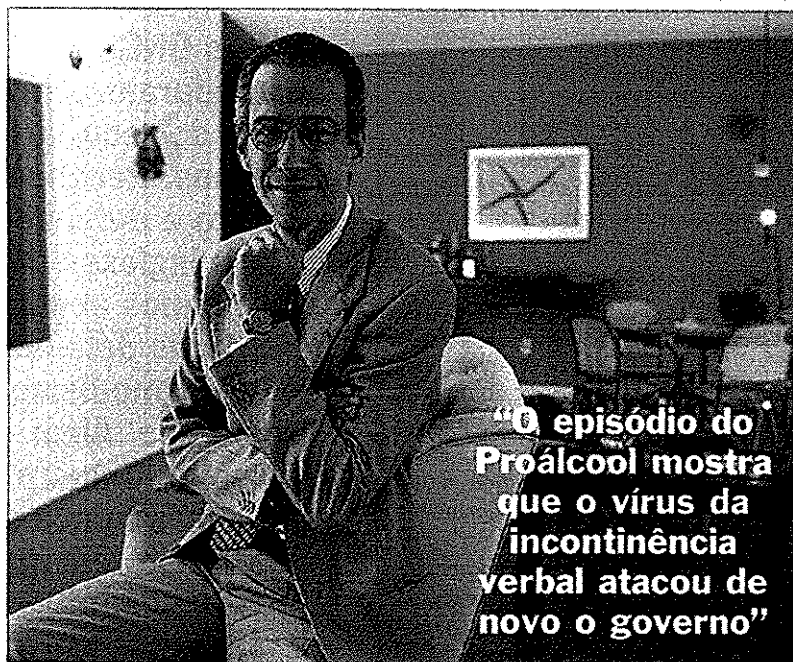
O presidente do Ibama diz que o governo tucano tem boas idéias mas pouca ação na área de meio ambiente e critica as ONGs

Policarpo Junior

Ex-diretor no Brasil da World Wildlife Fund, a WWF, uma das maiores organizações não-governamentais, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama, Eduardo Martins, tem sentido na pele a pressão que um dia já exerceu contra a incompetência do governo brasileiro para cuidar da área ambiental. Nos últimos meses, Martins foi duramente criticado pelos antigos colegas ecologistas, que o acusam de ter traído a causa ao pular para o outro lado do balcão. Há três semanas, por exemplo, liderou a delegação brasileira em Harare, no Zimbábue, na rejeição a um acordo internacional para proteção ao mogno, uma das madeiras mais nobres da Amazônia. Prestes a bater o recorde de permanência no cargo — que pertence a Tânia Munhoz, que ficou um ano e meio na presidência do Ibama —, Martins fala como governo, quando faz duras críticas às ONGs, e, às vezes, deixa a impressão de ainda representar uma ONG, quando faz críticas às ações do próprio governo. Aos 40 anos, enquanto seu gato siamês, chamado “Chico Science”, passeava pelo seu apartamento, ele falou a VEJA.

Veja — O presidente Fernando Henrique fez um balanço otimista da política ambiental brasileira na ONU. A maré está para otimismo?

Martins — Ainda não temos propriamente uma política ambiental, mas temos um esboço. Hoje, há boas intenções e pouca ação efetiva. Não existe ainda uma lei que puna o crime ecoló-



RICARDO STUCKERT

“O episódio do Proálcool mostra que o vírus da incontinência verbal atacou de novo o governo”

gico, o Ibama tem de definir sua capacidade de arrecadação financeira e também suas atribuições específicas. Mesmo o Ministério do Meio Ambiente precisa ser reorganizado. É complicado ter um pedaço do ministério tratando de meio ambiente e outro de irrigação. São coisas de natureza diferente. As obras de irrigação são para agricultura ou construção de barragens. Isso não tem nada a ver com política ambiental.

Veja — Ou seja: não há por que fazer um balanço otimista da política ambiental?

Martins — O balanço é débil, mas a questão é outra. Na falta de maior clareza sobre o que queremos em termos de meio ambiente, o Brasil fica apenas reagindo às pressões externas. Então, somos cobrados por medidas que nem devem ser prioritárias. Se, por exemplo, você perguntar aos brasileiros qual é o nosso principal problema ambiental, nove entre dez dirão que é a Floresta Amazônica ou a devastação

florestal. E não é. Nosso problema principal, de que nenhuma ONG fala, é a poluição urbana. É a pressão externa, reverberada aqui pelas organizações não-governamentais, que leva as pessoas a achar que o desmatamento é o nosso maior problema. O Brasil tem de se conscientizar de que a situação mais grave está nas praias sujas, na falta de saneamento, na poluição do ar.

Veja — Foi também a pressão lá de fora que fez o presidente anunciar a retomada do Proálcool, quando, na prática, o programa está morto e sepultado?

Martins — Esse imbróglio do álcool é um exemplo da desarticulação dos diversos setores do governo envolvidos com a questão ambiental. O episódio mostra também que o vírus da incontinência verbal atacou de novo o governo. Havia um estudo, ainda muito preliminar, de um grupo de trabalho. A reativação do programa acabou sendo anunciada no exterior como uma grande bandeira da luta brasileira

pelo meio ambiente. Ninguém tem dúvida de que o álcool é um combustível muito melhor do ponto de vista ambiental do que a gasolina. Mas o anúncio lá fora acabou chamando mais a atenção pela confusão que provocou.

Veja — *O senhor fala como se não fosse do governo para ficar de bem com as ONGs?*

Martins — Tenho críticas a fazer e não vejo problema em fazê-las. Acho melhor estar no governo fazendo pouco, mas fazendo algo. Para que o governo tenha uma política ambiental digna desse nome, ainda temos muito que fazer. Temos de fortalecer os órgãos estaduais para dar mais agilidade aos mecanismos de controle ambiental, por exemplo. Hoje, a maioria dos servidores do Ibama cuida da burocracia do órgão. Não estou querendo ter uma boa imagem com as ONGs, mesmo porque acho que elas cometem muitos erros. Um deles é aferrar-se a um ponto e esquecer o geral. Quando o presidente disse em Nova York que destinamos 5,22% do território nacional para a preservação ecológica, as ONGs chiaram. Disseram que o percentual estava errado. Na verdade, se incluirmos as áreas de proteção ambiental chegaremos a 14%. Mas a questão é que as ONGs deveriam preocupar-se em saber se a área, seja de 5% ou 10%, está sendo preservada de fato. Porque nem todas estão, por falta de dinheiro e de fiscalização efetiva. Mas o erro fundamental que as ONGs cometem é trabalhar com uma agenda importada.

Veja — *Como assim?*

Martins — Cerca de 85% dos recursos que mantêm as ONGs no Brasil vêm do exterior. Com o dinheiro, vem também a pauta de prioridades definida para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acaba virando um modismo ditado, que já teve como símbolos o mico-leão, o elefante e agora o mogno. Hoje, por exemplo, percebe-se uma redução das doações de dinheiro em todo o mundo. Pode ser um sinal de que mais esse modismo está passando. Imagine se amanhã um grupo de ambientalistas europeus se reúne e

decide que as ONGs devem dar apoio ao Movimento dos Sem-Terra, porque eles são o novo símbolo da luta pela preservação. No dia seguinte, esquecem-se as florestas e não se fala mais nisso. Não tenho nada contra os recursos externos, mas o movimento

“As ONGs se acomodaram com o fluxo de recursos externos. Recebem dinheiro e defendem o que ingleses ou americanos acham importante defender. É um comodismo perigoso. Além disso, o dinheiro entra, mas nunca se sabe direito em que é aplicado”

ambiental no Brasil não pode ficar só sujeito a essas flutuações.

Veja — *Mas o senhor mesmo era dirigente de uma ONG até outro dia.*

Martins — Sempre briguei pela independência. O que ocorre é que as ONGs, principalmente as brasileiras, se acomodaram com o fluxo de recursos externos. Recebem dinheiro e defendem o que ingleses e americanos acham importante defender. É um comodismo perigoso. Além disso, é uma quantidade de dinheiro que entra mas não se sabe em que é aplicada. Recentemente, tentou-se fazer uma ecolista, um cadastro sobre todas as ONGs que atuam no país, e grande parte delas não autorizou a divulgação de seu orçamento, nem mesmo a origem do dinheiro. Isso preocupa, porque mostra a falta de transparência na administração desses recursos. Não se pode tapar o sol com a peneira.

Veja — *Então as ONGs não têm papel relevante a desempenhar?*

Martins — Elas são fundamentais para a construção da democracia, mas no caso do Brasil estão desinformadas e com prioridades que não correspondem à nossa realidade. O exemplo mais recente é a polêmica criada em relação à exploração do mogno, discutida numa conferência em Harare, no Zimbábue. As ONGs elegeram o mogno como símbolo da luta pela preservação das florestas. Os símbolos são vitais para as ONGs, pois simplificam a comunicação e têm o poder de sensibilizar as pessoas que doam dinheiro à causa. Então, para elas, fica difícil reconhecer que o mogno não está ameaçado. Quem doa dinheiro não gosta de fazê-lo por uma causa perdida, e as ONGs perderam a causa do mogno.

Veja — *Antes de ir para o Ibama, o senhor também era um defensor do controle do mogno. Bastou mudar de lado para também mudar de opinião?*

Martins — Fui o primeiro a defender essa tese por uma razão muito simples. O mogno vinha sendo explorado em bases predatórias. Mas o governo começou a resolver esse problema em meados do ano passado. Foram tomadas medidas de precaução, como a redução de cotas e suspensão de autorizações para exploração. Conseguimos reduzir as exportações em 50% e as áreas de exploração em 70%. Hoje, tenho certeza de que não existe mais risco de extinção do mogno. Pretendemos elaborar um inventário genético que vai demonstrar que não há ameaça. O problema é que não temos dinheiro para começar a pesquisa.

Veja — *Se é tão simples, por que o governo brasileiro não topou assinar a convenção de controle do mogno?*

Martins — A decisão brasileira foi simplesmente a de não aceitar uma imposição dos Estados Unidos, que queriam incluir o mogno no rol de espécies ameaçadas de extinção. Para o Brasil não faria diferença nenhuma, porque a exploração e a exportação do mogno estão hoje sob controle. As ONGs foram incompetentes. Na reunião em Harare, elas divulgaram uma lista de 55 espécies de madeira que poderiam vir a sofrer as mesmas restrições que o mogno. Resultado: os países consumidores e produtores, os afri-

canos em especial, aliaram-se contra a inclusão do mogno e as ONGs perderam o apoio. Foi burrice.

Veja — *Por que o governo tucano não faz nada contra a invasão de madeiras asiáticas que estão devastando a Amazônia?*

Martins — Tenho uma determinação do presidente da República para agir com rigor em relação a isso. Temos uma série de suspeitas sobre a atuação das madeiras da Ásia. Recentemente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, SAE, fez um relatório mostrando que há 22 madeiras de capital estrangeiro atuando legalmente na Amazônia. Nesse relatório, aparecem suspeitas de que as madeiras estão comercializando madeira de terceiros, pois têm um volume de produção que supera a área de manejo de que elas dispõem. O problema é que a produção de terceiros tanto pode vir da exploração legal como da exploração clandestina. Mas aí o que se precisa é de lei. Não existe lei no país que puna o crime ecológico. As madeiras não cumprem as regras, e o máximo que se pode fazer é apreender a madeira e multá-las. E, muitas vezes, nem as multas elas pagam. Conseguem derrubá-las na Justiça, porque não há lei específica sobre o assunto.

Veja — *Mas qual é a dificuldade de criar mecanismos de punição?*

Martins — Essas empresas estão no Brasil não porque precisem da madeira brasileira agora. Elas querem posicionar-se estrategicamente. O Brasil e os países amazônicos possuem dois terços do que resta de florestas no mundo. É óbvio que o suprimento de matéria-prima no futuro virá daí. O problema é que não temos uma política florestal. Não é só fiscalizar. O país tem de criar uma indústria de base, preservar um volume significativo de área, como forma de controlar o preço da madeira, vender caro para poder manter o nosso patrimônio. No futuro, o Brasil pode controlar esse mercado mundial de madeira e virar potência florestal. Podíamos estar à frente desse processo, mas estamos sempre a reboque, pois boa parte das ações de governo é tomada em função de pressões internacionais. Para mudar isso, e até para pro-

duzir leis adequadas, temos de criar uma consciência de que esse patrimônio é nosso, e somos responsáveis por ele.

Veja — *Essa conversa de criar consciência não é um discurso para esconder a falta de ação do governo?*

“Há problema de corrupção no Ibama. No ano passado, percebemos que as fiscalizações não surtiam efeito e logo descobrimos que um funcionário do setor avisava os madeiros antes. Até hoje não foi demitido”

Martins — Não é nenhuma novidade que o meio ambiente nunca foi prioridade. Mas a falta de consciência gera problemas concretos. Imagina-se sempre que o Brasil tem uma lei ambiental incrível. É pura ficção. Não existe uma única lei para punir crimes ambientais. O esforço da área de fiscalização acaba sem efeito. Os carvoeiros, por exemplo, quase nunca pagam uma multa. Eles exploram ilegalmente carvão na região do cerrado, devastam o meio ambiente e são autuados, mas anulam as multas na Justiça. Agora, o sertanejo que matar um tatu para comer vai preso sem direito a fiança. É um típico exemplo de uma lei feita numa situação emocional e histórica, que não tem aplicação nenhuma e só serve para dar satisfação de que o Brasil pune crimes contra animais silvestres. As pessoas esquecem que, na Amazônia, 30% da proteína consumida pelas pessoas que moram no interior vem da caça. O que se vai fazer? Prender todas essas pessoas? Enquanto isso, quem desmata

100, 200, 300 hectares fica impune. Esse absurdo decorre da falta de consciência do problema. De todos, os políticos inclusive.

Veja — *Por que os políticos?*

Martins — O político brasileiro não tem percepção nenhuma do problema. Dedico metade de um dia da semana para receber parlamentares. As primeiras audiências eram sempre de pedidos de emprego, remoção, anulação de multas. Hoje, melhorou um pouco e já se fala de problema em postos de fiscalização e coisas do gênero. Mas, na prática, não há preocupação nem consciência da questão ambiental. Quando o Ibama embargou as obras da BR-364, que liga o Acre à Bolívia e danificava o meio ambiente, a bancada se rebelou e só tivemos apoio da senadora Marina da Silva, do PT. Dias depois, ela mesma apareceu em público denunciando que o Ibama estava num conluio com políticos contrários ao desenvolvimento do Acre. Acho que questões eleitorais levaram a senadora a mudar tão radicalmente de opinião. Sempre admirei a carreira da senadora, mas, entre o voto e a ética, fica-se com o voto. Assim, é difícil defender o meio ambiente.

Veja — *Por que o Ibama não funciona?*

Martins — Temos todos os tipos de problema. Neste ano, a arrecadação será o dobro da do ano passado, cerca de 64 milhões de reais. Mas a sobra, em vez de ir para a fiscalização, que é área carente, acabou sendo desviada para pagamento de salário dos servidores. Fomos punidos pelo bom desempenho, já que, na prática, nos confiscaram os recursos. Vivemos também o problema sério da corrupção. A maioria dos funcionários trabalha muito e ganha pouco. Os desvios são praticados por uma minoria. No ano passado, percebemos que as fiscalizações não surtiam efeito. Uma investigação interna comprovou que havia um funcionário do setor de planejamento avisando os madeiros. Gastávamos tempo e recursos para nada. Foi aberta uma sindicância, mas até hoje o sujeito não foi demitido. Tive de criar um serviço paralelo de informação. São funcionários do órgão escolhidos a dedo que observam de perto os setores encarregados da fiscalização e do controle ambiental. ■